

## HAITI: HISTÓRIA, SILENCIAMENTO E RELIGIOSIDADE COMO TÁTICA DE LIBERDADE

*Armstrong da Silva Santos*<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo é um recorte de tese de doutoramento defendida em julho de 2023 e visa discutir modos de narrar e, simultaneamente, ocultar a história haitiana, principalmente no que diz respeito às lutas de resistência à escravidão vivenciada pelas populações negras da parte ocidental da ilha de *Hispaniola*, no Caribe e o processo de independência do Haiti no final do século XVIII e início do XIX. Essas lutas e a constituição do país caribenho, questionaram o ideário iluminista e revolucionário francês (1789-1899) e, por isso, tem sido silenciados pela historiografia além de que foram impostas uma série de embargos que impediram que o Haiti se tornasse uma nação efetivamente livre. Apresentamos uma abordagem que analisa narrativas produzidas sobre o Haiti e seus habitantes, bem como práticas de resistência elaboradas por sujeitos inscritos nesses processos de diálogo, tensões e redirecionamento dessas mesmas narrativas, visando transformá-las em instrumentos de sobrevivência e luta, como ocorre nos casos das diásporas e da prática do vodu. Trata-se de um estudo baseado em revisão bibliográfica e documental fundamentada em intelectuais como Protzel (2015), Haesbaert e Limonad (2007), Orlandi (2007) e Trouillot (2016); Édouard Glissant (2005) e James (2000) As análises indicam que essas limitações (do ideário iluminista), somadas às práticas de resistência elaboradas pelos subalternizados, operam como interpelação ao tempo presente, exigindo deste a inserção dos deslocados na esfera dos direitos, cuidados e proteções prometidos pela modernidade que, contraditoriamente, fincou seus alicerces sobre os corpos racializados em territórios narrados como espaços de “selvageria” e “barbárie”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Haiti. Silenciamento. Luta. Sobrevivência. Resistência.

### HAITÍ: HISTORIA, SILENCIAMIENTO Y RELIGIOSIDAD COMO TÁCTICAS DE LIBERTAD

### RESUMEN

Este artículo es parte de una tesis doctoral defendida en julio de 2023 y tiene como objetivo discutir formas de narrar y, simultáneamente, ocultar la historia haitiana, especialmente en lo que se refiere a las luchas de resistencia a la esclavitud vividas por las poblaciones negras en la parte occidental de la isla de Hispaniola, en el Caribe y el proceso de independencia de Haití a fines del siglo XVIII y principios del XIX. Estas luchas y la constitución del país caribeño cuestionaron la Ilustración francesa y los ideales revolucionarios (1789-1899) y, por ello, han sido silenciadas por la historiografía, además de la imposición de una serie de embargos que impidieron que Haití se convirtiera en un país efectivamente libre. Presentamos un enfoque que promueve el análisis de las narrativas producidas sobre Haití y sus habitantes, así como las prácticas de resistencia elaboradas por sujetos inscritos en estos procesos de diálogo, tensión y redireccionamiento de esas mismas narrativas, con el objetivo de transformarlas en instrumentos de supervivencia y lucha, como en los casos diásporas y la práctica del vudú. Se trata de un estudio basado en una revisión bibliográfica y documental sostenida por intelectuales como Protzel (2015), Haesbaert y Limonad (2007), Orlandi (2007) y Trouillot (2016); Édouard Glissant (2005) y James

<sup>1</sup> Doutor em Letras, Universidade Federal do Acre (2023). E-mail: [armstrong.santos@ufac.br](mailto:armstrong.santos@ufac.br).

(2000). Los análisis indican que estas limitaciones (de los ideales ilustrados), sumadas a las prácticas de resistencia elaboradas por los subalternizados, operan como una interpelación al tiempo presente, exigiendo la inserción de los desplazados en el ámbito de los derechos, cuidados y protecciones prometidos por la modernidad que, contradictoriamente, se asentó sobre cuerpos racializados en territorios narrados como espacios de “salvajismo” y “barbarie”.

**PALABRAS CLAVE:** Haití. Silenciamiento. Lucha. Supervivencia. Resistencia.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte e adaptação de tese de doutoramento defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, em julho de 2023, e visa discutir modos de narrar e, simultaneamente, ocultar a história haitiana, principalmente no que diz respeito às lutas de resistência à escravidão vivenciada pelas populações negras da parte ocidental da ilha de *Hispaniola*, no Caribe e o processo de independência do Haiti no final do século XVIII e início do XIX. Essas lutas e a constituição do país caribenho, questionaram, há um só tempo, o ideário iluminista e as concepções de cidadania formuladas no contexto revolucionário francês (1789-1899) e, em decorrência disso, foram lidos pelo ideário ocidental como uma afronta punível com o silenciamento do legado libertário haitiano da história e a imposição de uma série de embargos que impediram que o Haiti se tornasse uma nação efetivamente livre. Neste sentido, apresentamos uma abordagem que analisa narrativas racializadas produzidas sobre o Haiti e seus habitantes, bem como práticas de resistência elaboradas por sujeitos sociais inscritos nesses complexos processos de diálogo, tensões e redirecionamento dessas mesmas narrativas, visando transformá-las em instrumentos de sobrevivência, resistência e luta, como ocorre nos casos da imigração e da prática do vodu. Trata-se de um estudo baseado em revisão bibliográfica e documental fundamentada em intelectuais como Protzel (2015), Haesbaert e Limonad (2007), que nos inspiram a pensar o espaço como construção social mediada por diferentes temporalidades, formas de registro e experiências construídas sobre o aporte do território e da interterritorialidade. Refletimos a partir das discussões propostas por Orlandi (2007) e Trouillot (2016) sobre silenciamentos e enunciações inscritos nas formas de se narrar a história e suas relações com os modos de pensar e agir sobre a realidade; Walter Benjamin (1987) e Édouard Glissant (2005) para tecer a crítica às formas de conceber tempo e espaço, problematizando-os com base nas mobilidades, na narração e nos modos de ação de sujeitos em distintas diásporas. Além desses autores, dialogamos com os textos de James (2000) que traça um interessante perfil sobre as lutas de emancipação haitiana e

analisa os limites do ideário iluminista para os escravizados da colônia francesa no final do século XVIII.

## 2. INVENTANDO O HAITI COMO UM “PERIGO” E ARTICULANDO RESISTÊNCIAS

Em panfletos, jornais, cartas e outros textos que circulavam na colônia portuguesa do Brasil e posteriormente no Brasil Imperial (1822-1889), a rebelião de escravos que deu início ao processo de independência haitiana<sup>2</sup>, ocorrida em 1804, ocupava o tempo e os imaginários das elites escravagistas como um evento amedrontador<sup>3</sup>, cujas possibilidades de repetição poderiam ser identificadas nos rostos dos escravizados das terras brasileiras; nos pequenos atos de resistência ou no peso semântico de certas expressões (era o caso da tríade revolucionária francesa liberdade, igualdade e fraternidade), que orientaram a burguesia da França no sentido da superação dos resquícios da ordem feudal, em prol da institucionalização do poder econômico pela tomada do poder político (Hobsbawm, 2010).

Os ideais franceses que perturbaram e reorganizaram poderes, estados e formas de organização social na Europa, fomentaram também mudanças em contextos não europeus e, dependendo do grupo social que os enunciava e defendia, as mesmas palavras de ordem poderiam significar coisas completamente diferentes. Foi o que ocorreu na colônia francesa de *Saint-Domingue*, localizada na faixa oeste da ilha de *Hispaniola*, no mar do Caribe. A revolução levada a cabo pelos subalternizados da ilha foi, a um só tempo, questionadora dos princípios iluministas postos em ação nos processos revolucionários estadunidense (1776-1783) e francês (1789-1799), e uma espécie de alerta aos proprietários de escravos das Américas quanto aos perigos da união e organização de grupos marginalizados.

No caso das elites coloniais e (posteriormente) imperiais brasileiras, a emancipação haitiana pairava como uma ameaça, um “fantasma” que “aparecia” para perturbar uma ordem social alicerçada na utilização do trabalho escravo e, posteriormente, a rondar as práticas políticas inscritas nos Estados-Nacionais organizados sobre os escombros e heranças do decadente sistema colonial. Apenas para

---

<sup>2</sup> O nome da colônia francesa localizada na ilha de Hispaniola era *Saint-Domingue*. Após a independência o novo país foi chamado de Haiti, em referência à forma como os antigos habitantes da ilha a denominavam.

<sup>3</sup> No livro “Onda negra, medo branco”, Célia Maria Azevedo pontua que mesmo entre os articulistas abolicionistas, houve grande preocupação em apaziguar os ânimos, indicando que mesmo que ocorresse o fim da escravidão, a mão de obra negra continuaria à disposição dos proprietários dos meios de produção, ou seja, de que a ordem em pouco seria alterada com a libertação dos escravizados, não cabendo, portanto, o temor difundido no imaginário das elites brasileiras acerca da revolução Haitiana.

citarmos os exemplos mais emblemáticos, lembremos de que os Estados Unidos mantiveram a escravidão no país até fins do século XIX<sup>4</sup> e o Brasil foi o último país das Américas a abolir oficialmente essa prática também no fim daquele século (Azevedo, 1987).

Naquele contexto, a série de conflitos, derrotas, retrocessos e vitórias dos rebeldes de *Saint-Domingue* ganhara um nome que fazia tremer os proprietários de escravos brasileiros, mas também lhes entregava o argumento para recrudescer práticas de controle e exigir dos poderes locais e governo central, ações que fossem capazes de lhes proteger dos perigos provenientes de *Saint-Domingue*<sup>5</sup>. De acordo com Célia Maria Azevedo,

Ora, perguntavam-se alguns assustados “grandes” homens que viviam no Brasil de então, se em São Domingos os negros finalmente conseguiram o que sempre estiveram tentando fazer, isto é, subverter a ordem e acabar de vez com a tranquilidade, dos ricos proprietários, por que não se repetiria o mesmo aqui? Garantias de que o Brasil seria diferente de outros países escravistas, uma espécie de país abençoado por Deus, não havia nenhuma, pois aqui, assim como em toda a América, os quilombos, os assaltos as fazendas, as pequenas revoltas individuais ou coletivas e as tentativas de grandes insurreições se sucederam desde o desembarque dos primeiros negros em meados de 1500, (Azevedo, 1987, p. 35).

Desse modo, *Saint-Domingue* que tanto temor provocava na sociedade escravagista brasileira era convocado como alegação que justificava a ampliação da desconfiança, vigilância e violência em relação a tudo o que era negro, fosse a pele, a música ou as religiosidades, por representarem “perigo” latente aos herdeiros das “casas grandes”<sup>6</sup> de norte a sul das Américas. Ao mesmo tempo, as experiências de luta e emancipação haitianas deveriam ser apagadas das memórias coletivas ou apresentadas repetidamente como mostras dos “resultados nefastos” da liberdade sem tutela e da emancipação sem o aval das metrópoles “brancas” e “desenvolvidas”. Tudo em nome da ordem e, no Brasil, uma elite escravagista já pressionada pelas mudanças ocorridas no quadro político-econômico sob a batuta de potências como França e Inglaterra<sup>7</sup> por ampliação dos mercados consumidores, via-se diante de um processo revolucionário negro ocorrido bem aqui, no continente americano.

---

<sup>4</sup> A este respeito ver Gates Júnior, *Negros na América latina*. 2014.

<sup>5</sup> A vitória obtida pelos haitianos frente à escravidão gerou entre os séculos XVIII e XIX, uma espécie de fobia entre os proprietários de escravos, um medo difundido nas sociedades que tinham na escravidão as bases produtivas. Justificado ou não, o medo de que aquele exemplo fosse imitado em outras partes do globo, aparecia em jornais, panfletos e informativos que se referiam às revoltas e desordens que envolviam as populações negras escravizadas no Brasil, como ameaça proveniente do recém-criado país, o Haiti.

<sup>6</sup> Referência à sede das grandes fazendas que funcionavam com base na exploração do trabalho escravo.

<sup>7</sup> Exemplo disso foi o Tratado de Comércio assinado em 1810 com a Inglaterra que indicava o fim da escravidão. A este respeito ver, Azevedo, *Onda Negra Medo Branco*, 1987, p. 21.

A ordem escravocrata brasileira, ao olhar para si própria, criava (mas dizia receber como herança) o medo proveniente do Caribe na ampliação dos temores existentes desde o início da colonização, diante das diversas formas de resistência elaboradas pelos(as) escravizados(as). A resposta a esses temores no século XIX, veio pela socialização do pavor ao exemplo haitiano. De modo que o Haiti “miserável”, o Haiti “doentio”, o Haiti “das inumeráveis tragédias” começava a ser narrado como um convite ao esquecimento ou como um lembrete perpétuo aos que ousam lutar e serem livres sem a chancela dos antigos e/ou novos dominadores.

Como afirmamos, os EUA continuavam, após sua independência, mantendo uma larga produção econômica construída sobre bases escravistas em seu território<sup>8</sup> e os franceses, sob o comando de Napoleão (1799-1815), lutaram para reintroduzir a escravidão nas áreas coloniais (leia-se Haiti). Contraditoriamente, nos mitos fundadores do Ocidente, ambientados no século XVIII, a independência estadunidense e a “liberdade, igualdade e fraternidade” francesas ganharam relevo nas narrativas libertárias e historiográficas, enquanto o exemplo haitiano vem sendo negado ou depreciado através de imagens continuamente reforçadas dos infortúnios vivenciados pelas populações daquele país desde fins do século XVIII.

A posição geográfica do Haiti, vantajosa no período colonial para as metrópoles (primeiramente Espanha e depois França)<sup>9</sup>, passa a ser apresentada enquanto problema nos imaginários norte-americanos contemporâneos. Essa posição privilegiada estava sendo narrada como um “perigo” para a chamada “estabilidade regional”<sup>10</sup> tão cara e reivindicada esporadicamente pelos vizinhos “desenvolvidos” do país caribenho. Dessa forma, o Haiti, “país mais pobre das Américas”<sup>11</sup>, “foco de doenças”<sup>12</sup> vem sendo narrado. Na contramão das representações elaboradas sobre outras regiões das

---

<sup>8</sup> Eduardo Galeano, em 2010, publicou no jornal *Resumen Latinoamericano*, de Havana, Cuba, um breve artigo intitulado “A história do Haiti é a história do racismo na civilização ocidental”, no qual o autor aborda esse apagamento dos exemplos haitianos quanto às tentativas de conquista de efetiva liberdade e independência.

<sup>9</sup> A colonização das possessões europeias antilhanas foi fator preponderante desde o final do século XV, tanto para o desenvolvimento de culturas canavieira e tabagista entre outras, quanto para o comércio triangular entre Europa, África e América. A esse respeito, ver Gates Júnior. *Os negros na América Latina*. 2014.

<sup>10</sup> Em comunicação datada de agosto de 1791, Thomas Jefferson adverte Thomas Mann Randolph sobre os perigos das conquistas obtidas em Saint-Domingue: “Um decreto da Assembleia Nacional da França, dando os direitos de cidadania ao povo de cor livre de Santo Domingo, lançou aquela colônia em uma fermentação perigosa”. (Tradução nossa). Fragmento disponível em: <https://www.monticello.org/site/research-and-collections/st-domingue-haiti>. Acesso em 22 de outubro de 2020.

<sup>11</sup> Essa referência é bastante repetida em jornais e discursos políticos contemporâneos.

<sup>12</sup> De acordo com relatório divulgado pela Fiocruz em agosto de 2018, o vírus da Zica que circula no Brasil seria proveniente do Haiti e teria sido introduzido no país por conta dos militares que lá prestaram serviço, mas principalmente pela imigração ilegal de haitianos para o Brasil. Discursos sanitários semelhantes foram acionados quanto ao cólera e ao

Américas (Estados Unidos e Canadá, por exemplo), a trajetória haitiana segue sendo enunciada como avesso nefasto de tudo o que teria “dado certo” nesses outros locais. Nessas narrativas é restrito o espaço para evidenciar as formas através das quais a pobreza foi ali introduzida como pressuposto da edificação da modernidade metropolitana europeia. A pobreza, a violência, as doenças e outras tragédias eram (e são) apresentadas como conteúdo “inerente ao território” e suas gentes, silenciando o fato de serem também expressões apuradas da modernidade e seus efeitos.

Territórios e gentes racializados justificariam práticas exploratórias, tutoriais e autoritárias adotadas para a região e as populações haitianas desde então. As muitas intervenções por parte dos EUA<sup>13</sup> sobre o Haiti são narradas, menosprezando, ou mesmo escondendo, que estas foram feitas para mantê-lo sob o controle dos vizinhos “bem-sucedidos” que, vez por outra, haviam de retornar e intervir novamente nos assuntos políticos e econômicos do estado haitiano, devido às insistentes exigências da população local em participar das decisões políticas e econômicas que dizem respeito às dinâmicas de suas vidas e à de seu país. Mero disfarce para a extensão territorial norte-americana que lançava seus tentáculos sobre o Caribe.

Com os terremotos que atingiram o Haiti em 12 de janeiro de 2010, a capital Porto Príncipe e diversas outras regiões (principalmente urbanas) foram devastadas. Entre 220 mil e 300 mil pessoas<sup>14</sup> perderam a vida por conta dos desabamentos e suas consequências. No decorrer de 2010 um enorme contingente de pessoas foi encaminhado aos acampamentos de ajuda humanitária<sup>15</sup> organizados por diversas nações e instituições internacionais (religiosas e leigas); outros fugiram das regiões mais atingidas e/ou buscaram emigrar.

Fotografias, depoimentos e outras imagens das referidas tragédias percorreram o mundo. Breves históricos sobre o Haiti preencheram espaços de destaque nos veículos de imprensa internacional. Essas informações e imagens contribuíram na mobilização de auxílio aos atingidos pela catástrofe, no entanto, é necessário pontuar que o modo como os discursos foram organizados e difundidos, seguem o mesmo princípio que encadeia a história do Haiti em uma teia de repetidas

---

vírus da Imunodeficiência Humana (AIDS), notadamente no auge do processo migratório entre Haiti e Brasil ocorrido entre 2010 e 2014.

<sup>13</sup> Os EUA promoveram uma intervenção no Haiti e o país viveu sob a tutela estadunidense entre os anos de 1915 a 1934. Entre 1957 e 1986, os EUA apoiaram os governos da família Duvalier (Papa e Baby Doc), que impuseram uma violenta ditadura apoiada por grupos paramilitares (Tontons Macoutes) responsáveis por práticas de terror, diversos assassinatos e desaparecimentos a serviço daqueles governantes.

<sup>14</sup> Esses números variam muito. Mesmo as fontes oficiais de informação do país apresentam disparidades quanto ao real número de vítimas do tremor. As variações oscilam entre 200 e 300 mil mortos.

<sup>15</sup> Mais de dez anos após os terremotos, esses acampamentos ainda servem de moradia a milhares de pessoas no Haiti.

tragédias (sociais, políticas, naturais ou econômicas), cujo ato inaugural seria a rebelião escrava de fins do século XVIII. Essas representações contribuem para o reforço de um olhar racializante para o país e seus habitantes. Dito de outro modo:

As vitórias de São Domingos sobre as três maiores potências econômicas e militares do final do século XVIII e início do XIX, configuravam-se em exemplo que poderia ser seguido pelos escravos (territórios e pessoas) do planeta, e, por causa disso, “tinha de ser” silenciado. O novo país “deveria ser” condenado à miséria, e, desse modo, servir de modelo negativo aos escravos (territórios e pessoas) do mundo. (Santos, 2014, p. 86).

O exemplo da primeira revolução negra bem-sucedida das Américas, levada a cabo por generais negros<sup>16</sup> inspirados por cânticos voduns e línguas crioulas, que radicalizaram<sup>17</sup> ideais iluministas; as fragorosas derrotas impostas à França, Espanha e Inglaterra fermentaram embargos, taxações e outras sabotagens impostas ao novo país. Some-se a isso governos exercidos por líderes autoritários e teremos os elementos preferenciais para narrar a história haitiana a partir do olhar das ex-metrópoles. Ao mesmo tempo, o Haiti libertário, revolucionário, renasce nas práticas cotidianas de mulheres e homens que teimam em sobreviver, migrar, falar, sorrir e exigir dignidade ao longo do tempo. Essa insistente produção de expressões da luta pela vida e liberdade sem tutela, no entanto, continua sendo apresentada nas narrativas racializantes como episódio fundador de todas as catástrofes que se acometeram sobre o Haiti e suas gentes.

Como nos lembra Gates Júnior, “a Europa e os Estados Unidos acharam outros meios de manter o Haiti na base da cadeia alimentar global. Insistiram em não reconhecer sua autonomia. Achincalharam o povo haitiano” (Gates Júnior, 2014, p. 244). O “espectro” haitiano que atormentou o imaginário das sociedades escravagistas americanas foi incorporado pelo racismo resiliente e ressignificado com o fim oficial da escravidão negra nas Américas. Não obstante, as práticas de liberdade que interagem, questionam, dialogam e tencionam a lógica moderna de um tempo linear e progressivo, continuam sendo produzidas e reinterpretadas por corpos e fazeres de haitianos(as), seja no Haiti ou na diáspora. No movimento diaspórico, mulheres e homens manifestam-se no palimpsesto que une tempos, crenças e espaços para reorganizá-los, produzindo algo completamente novo,

---

<sup>16</sup> É importante salientar que durante os diversos episódios que culminaram com a independência haitiana nem sempre houve concordância e coerência nas ações dos insurretos. Muito pelo contrário, existiram momentos nos quais grupos negros se enfrentavam em armas defendendo os mais variados interesses e posições. A esse respeito, ver o Fick, *Camponeses e Soldados Negros na Revolução de Saint-Domingue*, 1990.

<sup>17</sup> Stuart Hall comenta, a partir da leitura dos textos de Mary Pratt, que os grupos marginalizados e subordinados selecionam, e inventam com base nos materiais transmitidos pela cultura metropolitana, numa relação dialógica em que se transformam colonizadores e colonizados. A esse respeito, ver Hall, *Da diáspora*, 2003, p. 31.

questionador e, ainda assim, fruto da inserção em uma forçosa ordem que teima em (tentar) apagá-los da história.

Para melhor compreensão de como algumas dessas formas criativas de luta pela liberdade e sobrevivência foram e são arregimentadas, compostas e recriadas em contextos migratórios haitianos, é importante evidenciar os processos que marcaram a colonização europeia e as consequentes elaborações discursivas operadas sobre o Haiti e suas gentes, para, somente depois, refletirmos sobre outros modos construídos por haitianos(as) em diásporas para se referirem de si próprios(as) e a suas táticas de liberdade.

As narrativas identitárias edificadas no âmbito da racialização da colônia antilhana são importantes elementos a partir dos quais discutimos significados de territorialidades e dos vínculos entre territórios e discursos racializados, apontando caminhos para a superação de preconceitos e a elaboração de modos diferenciados de identificação, rompendo com essencialismos que referendam práticas exploratórias sob os auspícios dos Estados-Nação.

A presença e posterior colonização europeia da ilha denominada *Hispaniola* a partir 1492, marca também o início de um acelerado processo que visava a eliminação física, linguística e epistêmica dos povos *arawaks* e *tainos* que habitavam a ilha há milhares de anos (Chaves Júnior, 2008). Esses povos haviam domesticado animais e plantas; formulado um conjunto de saberes para dar sentido e interagir com seus mundos. Mundos que estariam seriamente ameaçados pela introdução do trabalho compulsório, assassinatos e doenças trazidas e difundidas junto com a fé cristã, em meio às práticas de conquista europeias.

Nas palavras de C. L. R. James que escreveu sobre o Haiti na década de 1930, o que ocorreu foi que

Os espanhóis, o povo mais adiantado da Europa daqueles dias, anexaram a ilha à qual deram o nome de Hispaniola e tomaram os seus primitivos habitantes sob sua proteção. Introduziram o cristianismo, o trabalho forçado nas minas, o assassinato, o estupro, os cães de guarda, doenças desconhecidas e a fome forjada (pela destruição dos cultivos para matar os rebeldes de fome). Esses e outros atributos das civilizações desenvolvidas reduziram a população nativa de estimadamente meio milhão, ou talvez um milhão, para sessenta mil em quinze anos. (James, 2000. p. 19).

Podemos destacar dois elementos da estarecedora análise feita pelo autor que, de certo modo, estão presentes na atualidade das concepções formuladas a respeito do Haiti e dos haitianos, a saber: a) introdução da fome, de doenças e da escravidão como elementos fundantes da constituição das Américas e da própria modernidade europeia e b) o extermínio de povos e culturas nativas que



subjazem às margens dos territórios coloniais, resistindo e influenciando a organização de espaços, línguas e religiosidades como ocorre, por exemplo, com as toponímias indígenas, com as línguas crioulas, as religiosidades e encantarias compósitas espalhadas pelas Américas.

O próprio nome do Haiti deriva de uma dessas toponímias indígenas (Haiti Quisqueya) e significa terra alta ou montanhosa (Chaves Júnior, 2008), denominação que sobreviveu aos processos coloniais e às insistentes renomeações (*Hispaniola, Saint-Domingue, La Perle de Antilles*) atribuídas por espanhóis e franceses no processo colonial. O termo Haiti emergiu recuperado pelas práticas linguísticas construídas no contato forçado entre povos e culturas escravizadas, dominadas e resilientes que conformaram as realidades coloniais. O Haiti ascende como semióforo<sup>18</sup> no bojo das lutas pela abolição da escravidão e independência nacional haitiana, fixando-se como nome da nova república instalada nas Antilhas.

A luta em torno da palavra simboliza a luta pela sobrevivência<sup>19</sup>, pois a palavra sem seus enunciadores não sobreviveria e é em torno dela que os múltiplos rebelados se articularam. A adoção do termo Haiti como nomenclatura do recém-formado país em 1804, denota a ocorrência de múltiplos territórios, tempos concorrentes e sobrepostos, cuja simbologia pode ser apagada ou retomada como instrumento de resistência mediada pelas relações de poder, inscritas nas práticas sociais e/ou sistemas políticos.

Como analisam Rogério Haesbaert e Ester Limonad,

o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza)” (Haesbaert; Limonad, 2007, p. 42).

Os territórios pensados como construções históricas evidenciam dimensões subjetivas (denominação e apropriação) e objetivas (denominação, dominação e exploração) e podem materializar-se na sobreposição, na concorrência e na imposição de práticas sobre o uso da terra e/ou exploração de florestas; conformação das línguas e/ou religiosidades, por exemplo.

No caso haitiano, a multiplicidade dessas relações territoriais manifesta-se no que concerne ao creóle, uma das línguas oficiais do Haiti, e ao Vodou, ambos frutos das crioulizações culturais presentes

---

<sup>18</sup> Semióforo pode ser um símbolo ou uma orientação a seguir. Conjunto de simbologias organizadas para criar imagens organizadoras de práticas sociais e políticas como a crença nos ideais de nação, nacionalidade e outras identidades coletivas. A esse respeito, ver Chauí, *Brasil*, 2001.

<sup>19</sup> Trata-se de uma luta cultural, pois, como demonstrou Stuart Hall, a história imperial continua, mesmo nos pós-independência, sendo vivamente reapropriada como parte dos processos de resistência e/ou sobrevivência. A esse respeito, ver Hall, *Da diáspora*, 2003, p. 34.

nas zonas de contato (Pratt, 1999) indígena/europeia/africana/colonial/caribenha. Nessas Zonas de contato, diversas manifestações culturais acabaram coexistindo (nem sempre pacificamente) em territórios espaciais, subjetivos e simbólicos que se estendem ou se retraem em função das relações de poder. Línguas, práticas e religiosidades fundem-se, rechaçam-se, recombina-se para compor algo novo, como é o caso do vodu haitiano. Expressão cultural múltipla que, em seus fazeres, cânticos e ritos, remontam pelo rastro-resíduo (Glissant, 2005) cultos africanos, religião cristã católica e práticas religiosas indígenas crioulizadas para suprir, mesclar e transformar elementos culturais que foram, a partir dos próprios processos de dominação colonial, produzidos e postos em contato.

Nas palavras da antropóloga Rachel Beauvoir:

Havia todos aqueles escravos, provenientes de tantas áreas diferentes do continente africano. O Haiti era, por assim dizer, um microcosmo da África. E o cimento foi o vodu, que dava sentido a tudo e a todos. E havia também o créole, que se tornou a língua nacional. Ou seja, eles tinham uma língua e uma religião. Isso deu aos escravos a unidade que era necessária para criarem a mais poderosa revolução de escravos no Novo Mundo. (Gates Júnior, 2014, p. 229-30).

Narrativas, santos e liturgias católicas foram incorporadas e reinventadas nos deslocamentos provocados pela escravidão. Crenças indígenas remanescentes do processo de conquista, da desarticulação territorial e eliminação física de milhares de sujeitos que as produziram, foram aproximadas de assertivas propaladas nos diversos cultos africanos, amalgamados nos trânsitos forçados pelo comércio humano que cortava os mares e uniam continentes hierarquizados pela lógica civilizacional, ancorada no paradoxo dos “tumbeiros”<sup>20</sup>.

Os tumbeiros, como o próprio nome indica, eram lugar de morte pela fome, adoecimentos, assassinatos, mas também funcionavam como caleidoscópico palco de misturas culturais. Nos termos de Paul Gilroy:

Os navios imediatamente concentram a atenção na Middle Passage [passagem do meio], nos vários projetos de retorno redentor para uma terra natal africana, na circulação de ideias e ativistas, bem como no movimento de artefatos e políticos chaves: panfletos, livros, registros fotográficos e coros”. (Gilroy, 2001, p. 38).

Metáforas inscritas no mundo dos intercâmbios coloniais, os navios serviam como túmulo e transporte; reprodução e questionamento de estruturas de poder; meio de comunicação e distanciamento. Os navios eram entrepostos móveis entre a racialização e as práticas de liberdade de culturas flutuantes no e pelo meio atlântico.

---

<sup>20</sup> Nome dado aos navios negreiros que transportavam e comercializavam produtos e pessoas em relações mercantis entre Áfricas, Europas e Américas.

Essas trocas culturais produzidas no seio de navios negreiros, engenhos, vilas, cidades e mares possibilitaram processos de escravização e também a elaboração de expressões singulares de resistência, cujas bases vinculavam-se a outras formas de pensar o corpo e suas relações com divindades, com a natureza e seus seres. O vodu em *Saint-Domingue* emerge dessa multiplicidade de práticas, crenças, modos de (re)existir e (re)construir sociabilidades em meio às violências que sustentam o mundo moderno ocidental. Na colônia francesa, o vodu em suas inúmeras variantes, serviria como elemento agregador e conflitante entre grupos socialmente distintos conforme destacou Rachel Beauvoir na referida citação.

Concepções amalgamadas no vodu no que concerne à honra, respeito aos espíritos, aos deuses, à família, à terra, animais, à sociedade e ao próprio sujeito tornaram-se importantes elementos nas práticas de resistência e nas lutas pela emancipação em relação aos senhores locais da ex-colônia e, mais tarde, em relação à França<sup>21</sup>. Alguns desses elementos que fundamentaram táticas de resistência haitianas naqueles contextos ainda estão presentes em falas, gestos e outros fazeres adotados/produzidos por mulheres e homens em meio a diásporas contemporâneas em espaços haitianos/brasileiros/caribenhos/andinos/amazônicos, mesmo entre os que não se declaram voduístas e/ou filiaram-se a outras expressões religiosas de matriz cristã.

É importante salientar que nas explicações apresentadas acima, elencamos apenas algumas características gerais relacionadas ao vodu praticado no Haiti, sem, no entanto, termos a pretensão de esgotar suas formas de apresentação e variantes. O vodu é plural como expressão religiosa preñe de significados móveis que nascem do encontro, do contato, da imposição e da violência que incorpora, traduz e ressignifica palavras, gestos e movimentos em espaços onde não se pode separar divindades, corpos humanos, natureza e cultura. As práticas vodu são manifestações de religiosidades vivas e, como tal, são constantemente reinventadas.

A potência aglutinadora de forças sociais grafadas nas sociabilidades, afetos e medos concernentes ao vodu fez com que seus ritos, linguagem e gestos fossem arregimentados tanto em nome das práticas de liberdade quanto das estratégias de controle político em vários momentos da história haitiana. Estas relações cambiantes entre indivíduos, coletividades e estratos do poder estatal não devem ser menosprezadas no movimento de criação e recriação das referidas manifestações

---

<sup>21</sup> Os casos de François Makandal e de Dutty Boukman, sacerdotes vodus que lideraram revoltas de escravos no século XVIII, são emblemáticos na reflexão sobre as relações entre o imaginário religioso, as trocas culturais e os processos revolucionários haitianos. A esse respeito ver Hurbon, *O Deus da Resistência Negra*, 1987.

religiosas. Atualmente, a constante presença católica no Haiti e a crescente inserção de igrejas cristãs de outras denominações têm modificado o quadro exposto, agregando novas tensões e elementos tanto no sentido da recriação das manifestações vodu, quanto das representações sociais elaboradas sobre essas manifestações.

Distante de pretendermos dar conta de tão complexas expressões culturais, nossa intenção é de pensar, entre outras questões, como as histórias, palavras, gestos e ritualística vodu incidiram e incidem nas decisões e posicionamentos assumidos por haitianos(as) em diferentes contextos e, em alguns casos, em paradoxais enunciações elaboradas pelos sujeitos na diáspora que incorporam/negam seus princípios, dialogando com as exigências do mundo da vida e da luta pela sobrevivência.

Acompanhando as análises de Stuart Hall (2003), identificamos nessas escolhas e contradições as marcas políticas das adaptabilidades identitárias relacionadas às possibilidades de ser ou não reconhecidos(as) como membros(as) de determinadas comunidades associativas. Para o autor, “as escolhas identitárias são mais políticas que antropológicas, mais ‘associativas’, menos designadas” (Hall, 2003, p. 63). Esse sujeito sociológico que “é” na relação consigo e com os outros, move seus modos de identificação, medindo os aspectos situacionais na relação com seus interlocutores. No que diz respeito ao eixo de nossa discussão, identificar-se ou não enquanto praticante do vodu está relacionado a essas adaptabilidades identitárias e/ou às implicações dessa associação em diferentes contextos.

Desse modo, a importância do vodu nas narrativas identitárias haitianas pode ser mascarada em razão dos processos históricos em que as referidas manifestações, com suas potencialidades interculturais de tencionar, reproduzir, questionar e expor as relações de poder, foram sistematicamente narradas como expressões do demoníaco; do mal a ser proibido e perseguido, tanto no período colonial quanto no pós-independência, até os nossos dias. Nas palavras de Gates Júnior,

Todos já tivemos contato com a versão de Hollywood da religião comumente chamada de vodu: zumbis, bonecos espetados com alfinetes, negros com ossos fincados no nariz criando tumulto durante transes assustadores, rituais que culminam com a morte de um porco negro aos berros. Já foi chamado de culto do diabo, mais recentemente pelo reverendo Pat Robertson, que atribuiu o sofrimento passado e presente do Haiti a um suposto pacto com o demônio, presumivelmente feito pelos escravos rebelados (afinal, pensou Robertson, de que outra forma os escravos poderiam ter derrotado os franceses?). A religião foi também chamada de magia negra. Repetidamente, pessoas que nada sabem a respeito dessa religião africana no Novo Mundo reduzem-na a uma caricatura racista. (Gates Júnior, 2014, p. 223).

Muitos de nós possivelmente já tivemos contato com essas visões estereotipadas, mas quantos de nós observamos essas religiosidades enquanto práticas de sociabilidade em contínuo processo de transformação, em meio à elaboração de táticas sociais de sobrevivência? Mesmo em circuitos acadêmicos não é simples refletir sobre a concorrência, a tensão e o diálogo cotidiano presente nas práticas de cristãos/vuduístas em contextos diaspóricos na atualidade. A difusão de visões estereotipadas sobre as múltiplas religiosidades amalgamadas no vodu, turva a percepção das divisões e rearranjos internos vivenciados por praticantes de diferentes concepções de vodu, bem como as rivalidades e negociações simbólicas que ocorrem na criouliização negro/branco/indígena no contexto colonial haitiano e nesta segunda década do século XXI.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São emblemáticas as tentativas de silenciar práticas religiosas organizadas por culturas milenares antes das colonizações<sup>22</sup> modernas como forma de relação entre sujeitos e sociedades com espíritos, animais, águas, terras e plantas. No bojo da conquista, esses saberes foram combatidos e eliminados junto com pessoas e línguas, mas eles também penetraram falares e agires rastejando pelas fendas abertas pelo choque entres os mundos europeus/africanos/americanos, que se constituíam na violência colonizadora.

Os saberes, gestos, línguas soterrados pela dominação colonial que também se impõe pela distribuição desigual do direito à palavra e a memória, como indicam Michel-Rolph Trouillot (2016) e Eni Pussineli Orlandi (2007), se recompõem e se reorganizam no rastro-resíduo (Glissant, 2005) de culturas fraturadas e aparentemente dispersas para, de tempos em tempos, questionar silenciamentos, como foi o caso das relações entre o vodu e os processos revolucionários haitianos no século XVIII, ou do que ocorre nos trânsitos migratórios haitianos pelos Brasis na atualidade.

Na esteira da conquista que, em nossa percepção, é uma ação continuada, o vodu se torna também argumento instrumentalizado por grupos e instituições como estratégia de dominação. Daí a prática do apagamento histórico do legado haitiano e a simultânea luta pela retomada da palavra, como interpelação ao tempo presente e seus agentes quanto aos seus papéis na perpetuação do racismo, da desigualdade e da opressão no tempo atual.

---

<sup>22</sup> O que ocorre(u) com as religiões indígenas e de matriz africana no Brasil é exemplo das tensões e preconceitos legados dos processos de colonização. A este respeito, ver Bosi, *Dialética da Colonização*, 1992.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHAVES JÚNIOR, Elizeu de Oliveira. **Um olhar sobre o Haiti: refúgio e migração da parte da história.** Brasília: LGE Editora, 2008.

GATES JÚNIOR, Henry Louis. **Os negros na América latina.** Tradução de Donaldson Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e dupla Consciência.** Tradução de Patrícia Farias. São Paulo: Editora 34, 2001.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

HAESBAERT, Rogério da Costa; LIMONAD, Ester. Territórios em tempos de globalização. In: Etc, espaço, tempo e crítica: revista eletrônica de ciências sociais aplicadas e outras coisas. n. 2, v. 1. 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Tradução de Adelaine La Guardia Resende [et al], Belo Horizonte, MG/Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções (1789-1848).** Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Pimentel. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HURBON, Laënnec. **O deus da resistência negra: o vodu haitiano.** Tradução de Valdecy Tenório. São Paulo: Paulinas, 1987.

JAMES, C. L. R. **Os Jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos.** Tradução de Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ORLANDI, Eni Puccineli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação.** Trad. Jézio Gutierrez. Bauru: EDUSC, 1999.

PROTZEL, Javier. **Comunicación intercultural**: confrontando concepciones y problemas. In: Correspondências e análises, n. 5, 2015.

SANTOS, Armstrong da Silva. **Haitianos na Amazônia Sul-Ocidental**: identidades e narrativas em trânsito. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade)- Universidade Federal do Acre, Rio Branco: PPGLI/UFAC, 2014.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

*Data de submissão: 04/08/2023*

*Data de aprovação: 03/10/2023*